

v.1 n.1 dezembro/2017

Anais do evento
Papo de Estagiário(a)
2017



Papo de Estagiário(a) v.1 n.1 /2017
Anais do evento

Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco (CAp-UFPE) - 2017

Universidade Federal de Pernambuco

Reitor

Anísio Brasileiro de Freitas Dourado

Vice-Reitora

Florisbela de Arruda Câmara e Siqueira Campos

Colégio de Aplicação

Diretora

Lavínia de Melo e Silva Ximenes

Vice-Diretor

Madson Góis Diniz

Coordenadora de Ensino Fundamental

Graciana Vieira de Azevedo

Coordenador de Ensino Médio

Danilo de Carvalho Leandro

Organização do evento Papo de Estagiário em 2017

Serviço de Orientação e Apoio ao Estagiário (SOAE)

Camila Menezes Ladislau da Silva

Jadilson Miguel da Silva

Marcus Flávio da Silva

Edição dos anais do evento (2022)

Núcleo de Estágio e Formação Docente (NESF)

Aldenize Ferreira de Lima

Camila Menezes Ladislau da Silva

Rafaela Ribeiro de Lima

Gustavo José Silva de Lira

Equipe técnica e Corpo Editorial

Camila Menezes Ladislau da Silva

Jadilson Miguel da Silva

Danilo de Carvalho Leandro

Marcus Flávio da Silva

Papo de Estagiário(a)

Vol. 1, n. 1 (2017), Recife

Frequência: Anual

Anais do evento Papo de Estagiário(a) 2017

Colégio de Aplicação da UFPE – CAp-UFPE

Av. dos Funcionários, s/n – Cidade Universitária,

CEP 50740-580, Recife/PE

Telefone: (81)2126-8332

www.ufpe.br/cap

Papo de Estagiário(a)
Volume 1 – Número 1 – 2017

Sumário

Resumos

C(L)A(S)P NO CAP – POSSIBILIDADES MÚSICO-EDUCATIVAS.....	5
AUTORIA: LUCAS BARBOSA DA SILVA; JOSIANE VIEIRA DE MOURA PEREIRA; VAGNO HIGINO DA SILVA; KLESIA GARCIA ANDRADE	5
A DISPERSÃO QUANTO FENÔMENO ESCOLAR DENTRO DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO: REFLEXÕES E POSSIBILIDADE DE SOLUÇÃO.....	7
AUTORIA: ERIVANDERSON FERREIRA SANTOS SILVA; DANILO MAMEDE DA SILVA SANTOS; NATHÁLIA DE SOUZA RODRIGUES; JOICY LEIDE DE FRANCA SANTOS; KARLA GALVÃO ADRIÃO; DANYELLE ALMEIDA DE ANDRADE.....	7
APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS COMO ESTRATÉGIA DIDÁTICA PARA PROMOVER ARGUMENTAÇÃO NO ENSINO DE FÍSICA.....	9
AUTORIA: JEYVSON ALMEIDA; SYLVIA DE CHIARO; DIÓGENES SOARES MOURA.....	9
CONSELHOS DE CLASSE PARA A AVALIAÇÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE NUMA ESCOLA FEDERAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA	11
AUTORIA: KAROLLINA RIBEIRO PINTO, RAFAEL AMARAL LIMA DE MEDEIROS, ADRIANA DE FARIA GEHRES E RITA CLÁUDIA BATISTA FERREIRA RODRIGUES.....	11
CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA RESPONSÁVEL DE ESTUDANTES DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFPE ...	13
AUTORIA: ALINE CAVALCANTE SANTANA, DANYELLE ALMEIDA DE ANDRADE (ORIENTADORA).....	13
DESENVOLVIMENTO CRIATIVO: O LÚDICO, O ENSINO DO TEATRO E A SUBJETIVIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	15
AUTORIA: KLEYTON JOSÉ DA SILVA; DANYELLE ALMEIDA DE ANDRADE.....	15
DINÂMICAS DE MOVIMENTO E LUDICIDADE EM UMA ABORDAGEM TRANSDISCIPLINAR ENTRE A DANÇA E O TEATRO.....	18
AUTORIA: MARCIO FIGUEIREDO DE SÁ LEITÃO (UFPE), RAFAEL DE LIMA FREITAS (UFPE), FERNANDA DA SILVA ARAÚJO MÉLO (SUPERVISORA, CAP-UFPE), FRANCINI BARROS PONTES (ORIENTADORA, UFPE)	18
SATISFAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS TERCEIRIZADOS: UMA EXPERIÊNCIA DE UM ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GESTÃO	20
AUTORIA: ANA PAULA BRASIL, EDNA LÚCIA FRAZÃO DA SILVA, NATHALI GOMES DA SILVA, JOSÉ BATISTA DE BARROS CAP/UFPE	20
EXPERIÊNCIA DE PESQUISA E FORMAÇÃO DOCENTE EM MATEMÁTICA: PRODUÇÃO E USO DE MATERIAL DIDÁTICO DIGITAL.....	23
AUTORIA: RAFAEL MARINHO DE ALBUQUERQUE. JOSÉ CARLOS ALVES DE SOUZA.....	23

C(L)A(S)P no CAp – possibilidades músico-educativas

AUTORIA: Lucas Barbosa da Silva; Josiane Vieira de Moura Pereira; Vagno Higino da Silva; Klesia Garcia Andrade

PALAVRAS-CHAVE: Educação musical; Estágio curricular; Modelo C(L)A(S)P

O estágio curricular obrigatório desenvolveu-se no Colégio de Aplicação (CAp) da UFPE, com a turma do 6º ano B, durante as aulas de música; iniciou-se dia 12/09/2017 e encerrou-se dia 28/11/2017. A partir das discussões realizadas nas aulas de Estágio Curricular Supervisionado em Ensino da Música 4, fomos desafiados a colocar em prática as perspectivas teórico-práticas no modelo C(L)A(S)P. Este modelo foi desenvolvido pelo educador musical britânico Keith Swanwick que tem como principal expoente o fazer musical a partir da composição (C), apreciação (A), performance (P), aquisição de habilidades (S) e estudos literários (L), sendo que os três primeiros formam o tripé da proposta e os dois últimos de aspecto periférico Swanwick evidencia à educação musical ativa, onde os alunos são estimulados a atuar no processo educacional. Desenvolvemos junto ao professor supervisor e aos alunos do CAp atividades estruturadas de maneira que pudéssemos explorar a criação, a performance e a apreciação. As três modalidades foram propostas aos poucos, ao longo das aulas. Segundo a educadora musical Cecília Cavalieri França essas modalidades são fundamentais na música enquanto fenômeno e experiência. Utilizamos a flauta doce, a percussão, os gestos sonoros, o violão e a voz como recursos sonoros. O repertório utilizado foi em sua maioria músicas de tradição oral. Diversos educadores musicais fizeram uso da música de tradição oral no desenvolvimento dos alunos, como Heitor Villa-Lobos e Ermelinda A. Paz. A música folclórica desperta nas crianças um interesse no fazer musical, possibilita uma melhor identificação com a música por já terem ouvido as canções e brinquedos de rodas. Ermelinda Paz sugere que o folclore deve ser aproveitado como material didático. Além de aprendermos e desenvolvermos aspectos musicais, como reconhecimento de alturas, pulso, andamento, desenvolvimento da percepção musical, apreciação musical, performance e criação, pudemos discutir sobre as questões históricas e de inclusão social com as músicas “Cantigas de cego” e “Escravos de Jó”, como propõe a professora Maura Penna no livro “Reavaliações e Buscas em Musicalização”. Por meio de tais perspectivas músico-educativas, consideramos a vivência dos alunos, fomentando condições de compreensão crítica e participativa do indivíduo em

seu ambiente cultural. Foi dada aos alunos a possibilidade de criação: uma melodia foi tocada e os alunos criaram textos diferentes para a melodia e desenvolveram variações melódicas. Além disso, os estudantes apreciaram canções, ouviram ideias diferentes, foram estimulados para uma escuta ativa e crítica. Segundo Cecília Cavalieri França a apreciação é uma das formas mais genuína de experiência musical, é acessível e é a atividade que a maioria das pessoas vai desenvolver durante suas vidas. Os alunos que têm uma escuta educada musicalmente, em sua maioria, poderão evitar poluições sonoras, ambientes ruidosos e situações que prejudiquem a sua saúde auditiva. Os alunos apresentaram os seus produtos composicionais uns aos outros e no momento em que eles apresentam entre si eles realizaram uma performance para eles mesmo. A performance fomenta experiências que só são aprendidas quando compartilhamos nosso trabalho a um público, onde entendemos como devemos nos colocar na prática musical. A música e as habilidades técnicas estavam internalizadas, pois foram desenvolvidas anteriormente, fazendo da prática musical um momento de prazer e de apresentação da construção de um trabalho significativo.

A dispersão quanto fenômeno escolar dentro do Colégio de Aplicação: Reflexões e Possibilidade de solução

AUTORIA: Erivanderson Ferreira Santos Silva; Danilo Mamede da Silva Santos; Nathália de Souza Rodrigues; Joicy Leide de Franca Santos; Karla Galvão Adrião; Danyelle Almeida de Andrade.

PALAVRAS-CHAVE: Dispersão; Autonomia; Teatro

Esse trabalho se propõe a apresentar uma problemática e sugerir uma proposta de intervenção para as possíveis demandas que podem surgir no campo de atuação: Colégio de Aplicação. De forma analítica utilizando como fundamentação os conteúdos da psicologia, poderemos entender alguns fenômenos dentro do ambiente escolar, aqui especificamente a dispersão escolar, observada durante o período de estágio de um discente. O papel, a atuação e a formação do professor são colocadas em cheque ao pensar o fenômeno da dispersão, sendo esta profissão a mais próxima do processo. A dispersão vai estar ligada a ausência de atenção frente a momentos em que se faz necessário que se haja atenção, como aulas dentro da escolar. Alguns pesquisadores ao pensar sobre essa problemática trouxeram uma visão psicopatologizada da situação, abordando temas como TDAH – Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, cujo pseudo-diagnóstico é cada vez mais frequente, e SPA – Síndrome do Pensamento Acelerado. A dispersão deixa de ser patologizada e ignorada para ganhar destaque dentro e fora dos muros da escola, os professores e alunos precisam ser ouvidos e compreendidos para que se possa direcionar esse processo escolar. A dispersão é um processo escolar que pode ser notado dentro das aulas do colégio de aplicação, e merece uma atenção especial. Esse processo vem sendo expressado pelos alunos através do uso de aparelhos eletrônicos (em geral telefones celulares), leituras de livros com conteúdos não relacionados a escola, conversas paralelas, e fluxo de saídas e entradas da sala de aula de forma constante. Os alunos possuem autonomia diante de algumas situações em sala de aula, porém, essa autonomia pode não está sendo trabalhada com eles, e pode ser necessária a compreensão dela e do seu uso, para evitar que a dispersão durante as aulas continue ocorrendo, prejudicando os alunos e os professores. Lembrando que essa situação também é relatada pelos alunos durante o conselho de classe. O teatro surge como um instrumento facilitador, que enquanto arte pode provocar a auto reflexão, é portanto que ele pode ser utilizado para que os alunos possam refletir sobre suas ações, desde o uso de sua autonomia até a consequência do mau uso, como a dispersão. Vale ressaltar também que o teatro tem

um papel importante dentro da escola, os alunos possuem aulas e são preparados, como também sinalizam que gostam (de uma maneira geral), principalmente da parte prática. A intervenção para essa situação surge como uma proposta de usar esse instrumento para provocar a reflexão do processo escolar que é a dispersão. Trata-se da criação de um evento, onde as turmas possam apresentar para as demais turmas, professores, estagiários, pais e técnicos administrativos (partes envolvidas com a instituição), peças teatrais com roteiros próximos da realidade da escola, construídos por eles mesmos, dando enfoque não só para a problemática e seus acontecimentos, como também para as consequências. Além dos professores, a equipe de psicólogos e pedagogos também podem se envolver na execução dessa intervenção, facilitando a reflexão dos alunos para a situação. Podendo, então os guiar durante a elaboração dos roteiros para as apresentações. Espera-se que essa intervenção minimize a dispersão, facilitando com que os professores consigam dá os conteúdos em sala de aula, bem como, com que o conhecimento possa fluir ainda mais. Auxilia também a condução de suas próprias autonomias por parte dos alunos, e a compreensão de diversas partes envolvidas sobre seus papéis no auxílio para a resolução da problemática.

Aprendizagem baseada em problemas como estratégia didática para promover argumentação no ensino de Física

AUTORIA: Jeyvson Almeida; Sylvia De Chiaro; Diógenes Soares Moura.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de Física; Argumentação; Aprendizagem Baseada em Problemas.

A Física é uma das ciências que estudam a natureza buscando explicar os fenômenos naturais a partir da representação mais simples de um sistema de diversas propriedades que se deseja estudar e compreender. Para muitos alunos no Brasil, estudar a Física é chato, tedioso e desatualizado em termos de conteúdos e tecnologias. É fato que a maioria dos estudantes não serão físicos, porém, eles constituem a audiência em sala de aula. Um dos grandes desafios para quem leciona esta disciplina é convencer o público de que estudá-la é gratificante, presente no cotidiano e útil. Esse e outros argumentos são capazes de dar sustentação à manutenção da Física na formação básica dos estudantes. Porém, o aprendizado desta disciplina no ensino médio, certamente, não pode se basear apenas em como é apresentada no livro texto, no treinamento de provas escolares ou focado nas provas de vestibulares baseado em decorar fórmulas e métodos mecânicos e repetitivos de resolver certas atividades. Assim, partindo de uma concepção de ensino inovadora, uma das formas de melhorar o ensino de Física é utilizando a metodologia de Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP). Entretanto, por que podemos pensar nesse recurso didático? Neste trabalho, compreendemos que essa estratégia pedagógica tem potencial de fazer emergir a argumentação num ambiente de sala de aula, competência essa, prevista nos Parâmetros Curriculares Nacionais, possibilitando desenvolvimento de outras competências e habilidades. Objetivando investigar o potencial da ABP como estratégia pedagógica capaz de propiciar a argumentação no processo de aprendizagem em sala de aula foi analisado dois exercícios de argumentação surgidos durante os sete passos previsto pela ABP. Na primeira etapa, após a introdução do experimento de lançamento de foguetes de garrafa pet, foi observado o caráter eminente da argumentação dos cinco primeiros passos da ABP nos momentos de busca para resolução da situação problema. Na última etapa foi analisada a argumentação propiciada pelas discussões prevista no sétimo passo desse recurso didático. Os resultados mostram o caráter eminentemente argumentativo da ABP e os discentes puderam articular conceitos sobre o tema estudado de maneira mais reflexiva e crítica

configurando-a como uma importante estratégia de ensino e aprendizagem em situações em que se deseje alcançar o desenvolvimento de alguns conteúdos curriculares da Física. A análise da argumentação através da Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) foi produzida durante uma atividade diferenciada de uma sala de aula de Física com alguns alunos do segundo ano do ensino médio de uma escola pública federal. A escolha dessa escola como alvo para o presente estudo ocorreu devido à suposição de que, estando a mesma engajada como um campo receptível de estagiários de diversas licenciaturas, uma proposta educacional fundamentada em formar futuros docentes para o mercado de trabalho, se constituiria num campo fértil para a elaboração e desenvolvimento de estratégias pedagógicas que sirvam de ferramenta em sala de aula. Dividimos o estudo em três momentos e duas aulas. Tudo isso para facilitar a abordagem do tema e acompanhamento da construção dos conhecimentos dos alunos através dessas teorias de aprendizagem. No primeiro momento seguimos os cinco primeiros passos da ABP e realizamos a atividade experimental. No segundo momento ocorreu o sexto passo. Nessa etapa, os estudantes tiveram um tempo para estudar o caso e puderam se dividir quanto às funções dentro do grupo e buscar através de pesquisas a solução do problema—essa etapa não foi videogravada. Por último, aplicamos o sétimo passo. Durante o último passo (discussão), o conhecimento recém-adquirido era ativamente aplicado e os estudantes passaram a checar as hipóteses do problema e os objetivos alcançados.

Conselhos de classe para a avaliação escolar: uma análise numa escola federal de educação básica

AUTORIA: Karollina Ribeiro Pinto, Rafael Amaral Lima de Medeiros, Adriana de Faria Gehres e Rita Cláudia Batista Ferreira Rodrigues.

PALAVRAS-CHAVE: AVALIAÇÃO; CONSELHO DE CLASSE; COLÉGIO DE APLICAÇÃO.

O conselho de classe apresenta-se como uma das formas de analisar resultados e conseguir, a partir destes, nortear e reconfigurar a ação didático – pedagógica, para que seja possível melhor atender às necessidades dos alunos e professores no âmbito escolar. Propomos então, no presente trabalho, analisar o conselho de classe que acontece numa escola federal de educação básica, compreendendo – o como evento culminante dos processos avaliativos utilizados na escola. Além disso, pretendemos identificar seus benefícios para a escola, docentes e discentes. Para a realização deste trabalho, realizamos uma pesquisa do tipo bibliográfica e documental, que segundo Freitas et al (2013) é o tipo de pesquisa elaborada a partir do que já foi publicado com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo o material já produzido sobre o assunto da pesquisa. Utilizamos de observações feitas nos momentos de conselho de classe ocorridos na escola, configurando-se como mais uma das ações do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). As observações correspondem aos dias 11 de maio, 11 de julho e 5 de outubro, todas do ano de 2017 e da turma do 9º ano “A”. O conselho é dividido em dois momentos: no primeiro momento os estudantes participam, um aluno representa a turma e lê uma produção. A mesma expressa a auto avaliação da turma, os aspectos relativos ao processo de ensino aprendizagem por disciplina e as sugestões dos alunos aos professores. Durante esse processo os professores também têm a oportunidade de relatar sua avaliação da turma e o direito de resposta ao que foi proposto. No segundo momento, os alunos saem da reunião e os professores compartilham a experiência da relação dos estudantes/disciplina/professor, como também o levantamento das necessidades individuais de aprendizagem. No Brasil, as escolas em sua totalidade não abordavam a democracia em seus espaços de gestão e atuação. A consciência por parte da sociedade da importância de uma escola mais democrática tem sua origem no cerne das ideias que permearam a tendência escola novista da educação. A nível jurídico, reformulações para a possibilidade de escolas mais democráticas surgem a

partir da Constituição Federal de 1988, a qual normatiza o processo de gestão democrática. A gestão democrática é abordada de forma mais concreta e incisiva a partir de 1996, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – no 9394/96, como parte integrante do artigo 3º inciso VII. Desse modo, segundo a LDB, o ensino será ministrado com base no princípio da garantia de “VIII – Gestão democrática do ensino público na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino” (1996). Importante salientar que a primeira experiência que uma escola pública brasileira teve com um conselho de classe foi em 1958, feita no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAP). Ou seja, antes mesmo da nova constituição de 1988 e da Lei de diretrizes e bases. A importância dos Conselhos de Classe e dos processos avaliativos da escola estão nas possibilidades e capacidades de leitura coletiva da prática, bem como diante do reconhecimento compartilhado das necessidades pedagógicas, de modo a mobilizar esse coletivo no sentido de alterar as relações nos diversos espaços da instituição. A avaliação, como atividade dinâmica presente na escola, deve subsidiar decisões e reencaminhamentos da prática docente por intermédio da coleta, da análise e da síntese de dados resultantes da prática pedagógica que considera a aprendizagem um processo no qual a socialização do saber científico deve ser garantida, contribuindo com a inclusão e a melhoria da qualidade da aprendizagem. Entendemos então, que, Conselho de Classe é um espaço privilegiado, no qual se tem a possibilidade de discutir coletivamente, assegurando a democratização das relações que acontecem na escola. Compreendendo assim, os conselhos de classe como sendo um “evento culminante” das práticas avaliativas escolares, pois é nele que todos os instrumentos, métodos e elementos avaliativos são postos à prova, para medir sua eficiência aplicativa. Além disso, é um momento em que os alunos e professores podem ser avaliados de forma singular por um coletivo, compartilhando experiências e possibilitando análises com maior concretude. Sendo benéfica para uma melhor relação entre os sujeitos que preenchem o espaço da escola.

Construção da autonomia responsável de estudantes do Colégio de Aplicação da UFPE

AUTORIA: Aline Cavalcante Santana, Danyelle Almeida de Andrade (orientadora).

PALAVRAS-CHAVE: autonomia; autonomia responsável; protagonismo; educação interdimensional; valores.

Os estudantes - crianças e adolescentes - convivem no Colégio de Aplicação da UFPE com uma liberdade de ação com qual talvez ainda não saibam lidar. Essa liberdade pode ser aproveitada com grandes benefícios, mas a realidade é de que várias reclamações frequentes surgem acerca de comportamentos considerados inadequados, como – por exemplo - em relação ao respeito ao espaço de fala, à opinião e às diferentes características dos outros membros da comunidade escolar, à manutenção da limpeza e conservação da Escola (cuidado com o material de uso escolar, descarte de resíduos no chão, descarte de papel higiênico nos sanitários, etc), bem como sobre o compromisso com a participação em sala e a assiduidade durante o ano letivo. Várias hipóteses podem ser levantadas para justificar este fenômeno, e a alternativa adotada é a da falta da formação em valores para a construção de uma autonomia responsável que os alunos trazem desde a sua chegada ao Colégio. Baseada nos ideais da educação interdimensional, no modelo de recepção de estudantes da Escola Técnica Estadual Cícero Dias – NAVE Recife e nas observações do Colégio de Aplicação da UFPE, a proposta deste trabalho é criar um evento de acolhimento dos novos alunos que atue como forte disparador do processo de desenvolvimento de competências formadoras da autonomia responsável que repercuta em resultados que se consolidem a médio e longo prazo. A autonomia responsável neste trabalho é tida como "um sistema organizacional no qual cada um define a sua ação no âmbito de uma visão comum e é avaliado pelos resultados que consegue" (CUNHA, 2011). Dentro de uma instituição escolar de ensino básico seria então a capacidade de gerir sua liberdade de maneira consciente, refletindo sobre as repercussões de suas ações sobre si mesmo, sobre o outro e sobre o mundo. A educação interdimensional – principal base teórica deste trabalho - criada pelo pedagogo mineiro Antônio Carlos Gomes da Costa, trata esse olhar como quatro pilares, formas de cuidado essenciais à formação do indivíduo autônomo e responsável: autocuidado (cuidado consigo mesmo); altercuidado (cuidado com o outro e valorização da coletividade); ecocuidado (valorização ambiental); e transcuidado (cuidado com a espiritualidade, sentido de vida). O

objetivo do educar pela educação interdimensional é possibilitar que o estudante se desenvolva como um ser de potencialidades (em suas diversas dimensões), autônomo e construtor do próprio ser nas esferas pessoais e sociais, compondo as diretrizes disso que podemos chamar de Educação para Valores (COSTA; VIEIRA, 2006, p.47 apud SILVA & SILVA, 2016), o primeiro nível da educação, que aponta para a formação do protagonismo do estudante (nível onde se localiza a autonomia responsável, objeto de interesse deste trabalho como alvo a médio e longo prazo) e para sua educação como profissional. Este projeto propõe ensinar esta base de valores a crianças e adolescentes dos 6º anos do CAP UFPE por meio de um evento de acolhimento nos dois primeiros dias de aula. A proposta é de que esta ação seja guiada apenas por estudantes veteranos (de 9º ao 3º ano) com dinâmicas, desafios e outras práticas lúdicas baseadas nos pilares que sustentam o ideal da autonomia responsável. A ideia – embasada teoricamente, inspirada em casos reais e estruturada sistematicamente no trabalho escrito deste projeto – é que nestes dois dias os estudantes de 6º ano tenham contato com os quatro pilares da educação interdimensional de Antônio Carlos Gomes da Costa (autocuidado, altercuidado, ecocuidado e transcuidado) para que este seja um disparador de mudanças consolidadas por outras ações já existentes na Escola, como as aulas do SOE. Este momento inicial da jornada escolar se torna ideal para a realização desta ação por ser uma oportunidade de introduzir os estudantes na instituição, alinhando-os com os valores da Escola e pondo-os sob a ótica que irá acompanhá-los durante a jornada escolar. Além de desenvolver os estudantes que serão acolhidos, os que irão acolher – que serão escolhidos pelo Grêmio Estudantil – estarão também tendo uma oportunidade prática de desenvolverem-se como autônomos e responsáveis dentro do ambiente escolar, e influenciar seus colegas de turma com a repercussão dessas ações.

Desenvolvimento Criativo: o lúdico, o ensino do teatro e a subjetividade de crianças e adolescentes

AUTORIA: Kleyton José da Silva; Danyelle Almeida de Andrade

PALAVRAS-CHAVE: Faz-de-conta; representações; criatividade; psicologia

Utilizar um disfarce, trajar uma capa, pôr no peito uma estrela de xerife, desempenhar outro papel, ser outro alguém: um super-herói, um bombeiro, um animal, um pai; são ações que se relacionam ao fazer lúdico da humanidade, um desejo de disfarçar-se, que funciona como regulador ou desregulador das relações com o outro, visto que necessita de uma convenção social para torna-la praticável (HERRMANN, 1999 apud ALVES, 2009). A representação da realidade é trazida no lúdico para além das naturezas materiais e físicas, tornando-a assim uma criação metafórica daquilo que é vivenciado, pois há uma transformação de perspectiva, exibindo agora uma esfera teatral e/ou representativa (CAMPBELL, 1992 apud ALVES, 2009). A construção teatral se dá ao passo que o aluno estabelece uma relação de trabalho com os demais participantes, nesse sentido, ocorre a união da imaginação, prática e observação das regras impostas. A vivência teatral torna possível que o aluno amplie a capacidade de dialogar, negociar, tolerar e conviver com as diferenças (BANDOCH, 2012). Assim, o jogo teatral funciona como um instrumento de aprendizagem operado pela criança, e que promove o seu desenvolvimento criativo, a consciência do jogo é representada pelo “como se”, sendo gradativamente trabalhado para formar uma articulação na linguagem artística (BRASIL, 1998). O mundo experimental da criança e a capacidade de reorganizá-lo internamente é menor, assim, Vygotsky (1930/1990 apud MOZZER; BORGES, 2008) considera ser essa a base para o desenvolvimento da criatividade humana. É no processo de maturação biológica que acontece a maturação da criatividade e a sua transformação. Ao longo do desenvolvimento da criança, por intermédio da brincadeira é pressuposto que ela promoverá uma série de comportamentos que expressam o desenvolvimento da linguagem e representação por meio da imaginação. Na proposta de um jogo, há os objetivos cognitivos a serem alcançados, e além destes, há o aguardo de que as crianças serão capazes de criar e explorar a criatividade, na medida que o jogo propicie o desenvolvimento do pensamento criativo e divergente (BANDOCH, 2012). Haetinger (2005 apud BANDOCH, 2012) fala sobre a relação entre o processo criativo e a imaginação, visto que os jogos e brincadeiras

estimulam a auto-expressão, ao passo que a descoberta e o poder de imaginação exploram a criatividade. Nota-se também que a inter-relação entre pessoas é um dos instrumentos da atividade criativa. Assim, o trabalho em grupos favorece a imaginação e a curiosidade de cada participante, sendo ressaltadas e compartilhadas. Nas atividades teatrais desenvolvidas com pré-adolescentes e adolescentes, evidencia algo semelhante ao jogo simbólico, ao faz-de-conta. Aparenta ser um misto de brincar, de construir sua personalidade e agir criativamente quando os jovens interpretam personagens. Uma das maneiras do adolescente expressar sua vida emocional e seus impulsos, como modulá-los e direcioná-los, é através da fantasia, pois a mesma serve como esfera emocional e como canal de criatividade objetiva (OLIVEIRA; STOLTZ, 2010). Para além de se referir à subjetividade como algo que é único e singular do sujeito, sua gênese não se encontra necessariamente no interior do indivíduo. As relações sociais do indivíduo é que conferem a origem dessa singularidade do sujeito, quando o mesmo se apropria, ou subjetiva, essas relações de maneira única. Assim, o desenvolvimento da subjetividade é oriundo das trocas contínuas entre o interno e o externo (SILVA, 2009). A atividade lúdica, como explicitada previamente, contribui significativamente para a constituição do sujeito, uma vez que permite que a criança crie sua personalidade através da busca por satisfazer seus desejos, por exercitar a capacidade imaginativa, emocional, criativa ou comunicativa. Sendo assim, a atividade lúdica viabiliza o desenvolvimento da criança ao que se refere à sua subjetividade (PEDROZA, 2005). Ressalta-se que na atividade lúdica/no brincar, por ser socialmente construído, visto que as crianças aprendem a brincar com os outros membros da cultura, suas ações são impregnadas por hábitos, valores e conhecimentos do próprio grupo social. Também é reconhecida a existência de regras, o que contribui para o entendimento da criança sobre os diversos papéis sociais que ela pode desempenhar (MOZZER; BORGES, 2008). Observando as aulas de teatro da turma do 6ºA do Colégio de Aplicação (CAp-UFPE), é visível o incentivo ao desenvolvimento criativo através das atividades desenvolvidas em sala de aula, ou mesmo com a construção do protocolo teatral (registro do último encontro, marcado pelas sensações e experiências vividas) em casa. Esses alunos utilizam esse momento de ludicidade para se expressarem enquanto crianças, para demonstrarem o contexto e a realidade ao qual estão inseridos e pontuarem sobre os papéis que desempenham. Buscam, então, expressar quem são, ou a princípio, quem estão se tornando. E para além de uma brincadeira, estão aprendendo a viver em conjunto, a construir com ajuda do outro, aprendendo a ajudar e respeitar.

Dinâmicas de movimento e ludicidade em uma abordagem transdisciplinar entre a Dança e o Teatro

AUTORIA: Marcio Figueiredo de Sá Leitão (UFPE), Rafael de Lima Freitas (UFPE), Fernanda da Silva Araújo Mélo (Supervisora, CAP-UFPE), Francini Barros Pontes (Orientadora, UFPE)

PALAVRAS-CHAVE: Dinâmicas de Movimento; Ensino da Dança; Ludicidade.

Com o intuito de contribuir com o desenvolvimento das habilidades e percepções corporais dos estudantes, nós, discentes do Curso de Dança da Universidade Federal de Pernambuco e integrantes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, Subprojeto Dança, iniciamos nosso trabalho por meio de observações em sala de aula, seguidas de regências. Levin afirma que o desenvolvimento sempre está relacionado às funções motoras, verbais, perceptivas, entre outras. A dança aplicada à educação visa proporcionar um contato mais afetivo e intimista entre os agentes envolvidos no processo de ensino aprendizagem, possibilitando ao aluno expressar suas sensações e emoções através do movimento. Os conteúdos específicos da dança escolhidos para dialogar com os alunos do sétimo ano do Colégio de Aplicação da UFPE e para atingir as metas estabelecidas foram os fatores e as dinâmicas de movimentos estudados por Rudolf Von Laban. O ato de movimentar-se está presente na nossa comunicação e em todas as nossas ações do cotidiano e pode ser estudado em diversos âmbitos. Um deles está relacionado aos padrões de desenvolvimento do corpo em movimento, que executamos inconscientemente a fim de atingir qualquer deslocamento pelo espaço físico e são divididos em três tipos de conexão: homóloga, homolateral e contralateral. Alguns seres, em seu estado de vida, utilizam apenas um desses padrões em todo o seu deslocamento. Já nós, seres humanos, passamos por fases em que exploramos tais padrões em diversos estágios da infância até obter a contralateralidade como principal forma de locomoção biomecânica sem que percebamos. Já as qualidades de movimento são os fatores que, na dança, caracterizam e medem algumas instâncias da cena. São elas: peso, tempo, fluxo e espaço. Laban conceitua o movimento como o principal meio de expressão humana e, em suas escritas, os fatores de movimento são considerados fundamentais para que se possa ter uma imagem visual do movimento. A abordagem dos fatores e das dinâmicas de movimento apresentou-se como potência para auxiliar no desenvolvimento dos gestos e da expressividade dos membros do grupo. As atividades do PIBiD Dança foram desenvolvidas junto ao componente curricular Teatro, do

CAP – UFPE. O plano de curso, elaborado por nós pibidianos, foi criado a partir do cruzamento das informações obtidas no programa do componente curricular Teatro do colégio, das nossas próprias observações da turma em sala de aula e das orientações, sugestões e reflexões que surgiram dos compartilhamentos semanais entre todos os integrantes do Subprojeto Dança do PIBID. As atividades realizadas junto à turma tiveram seu início marcado por exercícios de aquecimento com duração de 15 minutos. Quando assumimos efetivamente a regência das aulas, surgiu o questionamento de como facilitar o aprendizado de um conteúdo tão específico e de caráter menos racional do que o que os alunos do CAP – UFPE estão habituados, em tão pouco tempo. As atividades lúdicas foram apontadas como uma possível ferramenta de integração dos conteúdos incluídos nos planos de aula e passaram a ser utilizadas como elemento essencial presente em todas as aulas, na intenção de conquistar o engajamento e fazer com que os membros da turma experienciassem a dança numa proposta mais sensível e perceptiva do próprio corpo em relação no espaço. A atividade lúdica exige uma imersão integralizada rompendo a primazia do pensamento cartesiano. O caráter lúdico da experiência vivenciada propôs outras formas possíveis de apreensão do conhecimento em sala de aula de forma prazerosa, valorizando a experiência, em detrimento da concepção de meras atividades a serem vivenciadas. Todo o processo foi sendo construído por meio do diálogo direto entre as linguagens da Dança e do Teatro, numa abordagem transdisciplinar.

Satisfação dos funcionários terceirizados: uma experiência de um estágio supervisionado em gestão

AUTORIA: Ana Paula Brasil, Edna Lúcia Frazão da Silva, Nathali Gomes da Silva, José Batista de Barros CAp/UFPE

PALAVRAS-CHAVE: Funcionários Terceirizados; Valorização; Gestão Democrática.

O presente trabalho foi realizado para a disciplina de Estágio Supervisionado em Gestão e objetivou construir, junto ao funcionário terceirizado do Colégio de Aplicação da UFPE, a percepção do seu valor dentro da instituição. Para tanto, foram utilizadas técnicas de ginástica laboral, dinâmicas de grupo, atividades de escuta de si e do outro e reflexão sobre seu papel e valor no ambiente de trabalho. Como aporte teórico nos apoiamos nos seguintes autores: Almeida (2009), que esclarece a existência de um serviço de apoio pedagógico composto pelo "pessoal da limpeza, merendeiras, os secretários, os bibliotecários e os vigias"; em documentos oficiais do Ministério da Educação – MEC - (2005) que afirma que “[...] todos os funcionários de escolas são também educadores indispensáveis para a formação humana, comprometida ética e profissionalmente com a construção de uma educação de qualidade e para todos [...]” confirmando a inferência presente no Programa de Capacitação – PROFUNCIÓNÁRIO - para os funcionários da escola, desenvolvido pelo MEC no entendimento de que atualmente, os funcionários de limpeza, porteiros e cantina compõem o corpo de funcionário terceirizado, uma vez que deixa de ser interessante para as empresas e instituições escolares manter funcionários de forma efetiva, via concurso público, visto que, na lógica da mão de obra para o mercado de trabalho, tais profissionais são avaliados pelas atividades executadas, sendo a rotatividade de funcionários a “solução” para que determinados serviços sejam executados satisfatoriamente. Utilizamos ainda, como base de sustentação, as teorias da Administração de Chiavenato (2012) que ratificam a presença dos funcionários terceirizados devido à “filosofia da qualidade total”, que ocorre, "quando uma operação interna da organização é transferida para outra que consegue fazê-la melhor e mais barata" e servindo para "reduzir a estrutura organizacional e dotá-la de maior agilidade e flexibilidade” (CHIAVENATO, 2012, p.276). No contexto da gestão democrática escolar, Cária e Andrade (2016) afirmam que no atual cenário ideológico, procura-se criar consensos de que todos podem e devem participar das decisões da escola e dos resultados de modo atingir a desejada qualidade da educação por meio da gestão

democrática e participativa, contudo, apesar de não estarem ligados diretamente à docência, os funcionários terceirizados compõem a escola, requerendo a participação desses no processo de democratização desta. Participaram da execução do plano de estágio supervisionado 05 (cinco) funcionários terceirizados, responsáveis pela limpeza e manutenção do ambiente escolar do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco, em 2018, que, na ocasião realizaram atividades de relaxamento, por meio de ginásticas laborais; trabalhamos a escuta do outro com a finalidade de saber o destaque positivo e negativo no seu ambiente de trabalho a fim de dedicar um momento e espaço de valorização e pertença a unidade escolar. A partir das atividades planejadas, oficina interativa e entrevistas com questões abertas, percebemos que os funcionários receberam com boa aceitação as atividades realizadas, apontando para a necessidade de um olhar mais apurado para esses sujeitos que estão inseridos no espaço de trabalho e muitas vezes não são incluídos nesse espaço. Quanto aos aspectos positivos e negativos, contrapõem-se numa mesma fala, pois no momento em que apontam para a atenção que recebem de determinados funcionários concursados do CAP/UFPE, percebem, por outros, um sentimento de “marginalização”, “invisibilidade”, devido à classe econômica de determinados grupos que convivem na instituição. Contudo, como se tratou de um estágio supervisionado em gestão escolar, concluímos que para uma gestão ser democrática de fato é necessária a participação de todos, inclusive dos funcionários terceirizados. Esses funcionários estão na ponta, em contato com todos e com a responsabilidade de deixar o ambiente agradável para aqueles que frequentam o Colégio. Por isso, tem uma visão geral, do cotidiano e podem dar grandes contribuições para o trabalho da gestão. Assim, faz-se necessário o desenvolvimento do clima organizacional na instituição escolar no sentido de efetivar as relações interpessoais dentro desses espaços. Segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2012, p. 439), a cultura organizacional “[...] diz respeito aos comportamentos, opiniões, ações e formas de relacionamento que surgem espontaneamente entre os membros do grupo”. Essa cultura organizacional assume centralidade na instituição escolar, tendo em vista que direciona o perfil político, pedagógico e social da instituição por lidar diretamente com os valores e a subjetividade dos indivíduos envolvidos no processo educacional. Nessa compreensão, destacamos que não basta o gestor e a instituição serem democráticas, mas a gestão precisa despertar na comunidade escolar a consciência de democracia e respeito mútuo entre todas as instâncias presentes na

escola.

Experiência de pesquisa e formação docente em matemática: produção e uso de material didático digital

AUTORIA: Rafael Marinho de Albuquerque. José Carlos Alves de Souza

PALAVRAS-CHAVE: GeogebraBooks, GeogebraGroups; ensino de funções; formação docente; pesquisa;

As atividades de estágio descritas nesta comunicação ocorreram ao longo de três semestres letivos em duas turmas do 9º ano do Ensino Fundamental (2016.2 a 2017.1) e em uma turma do 1º ano do Ensino Médio (2017.2). Foi promovida a utilização didática de tecnologias da informação e da comunicação, a saber, o recurso computacional “GeogebraBooks” e o ambiente virtual “GeogebraGroups”, a fim de fomentar a aprendizagem de conceitos relacionados ao estudo de funções matemáticas. Para tal, fez-se uso de elementos dinâmicos no computador, para auxiliar na representação de objetos matemáticos. Esta experiência de estágio além de ter sido um momento localizado de aprendizados diversos, foi fundamentada em estudos teóricos e em práticas vivenciadas ao longo de todo o curso de graduação. Este relato traz a descrição do ambiente de estágio, da metodologia de ensino empregada, das dificuldades encontradas e a discussão em termos de aprendizagem tanto para os alunos quanto para o estagiário no processo de formação docente. O planejamento foi construído partir da oportunidade de participar de uma pesquisa acadêmica que visava analisar os efeitos, sobre a formação inicial do professor de Matemática, de um projeto de estágio supervisionado articulado em torno do desenvolvimento e uso de livros didáticos digitais. Trata-se portanto de uma articulação entre pesquisa e ensino que teve ainda como desdobramento atividades de extensão: a experiência foi base para três minicursos em 2017, apresentados pelo estagiário, direcionados a professores e acadêmicos. O desafio de iniciar a criação de um livro didático digital impôs uma mudança de visão em relação a um recurso que, historicamente, tem ocupado posição central na atividade docente. É desejável que o professor possa “complementá-lo [o livro-impresso], a fim de ampliar as informações e as atividades nele propostas, para contornar deficiências e, acima de tudo, adequá-lo ao grupo de estudantes que o utilizam” (BRASIL, 2016). Assim, deve-se estar atento para que a autonomia pedagógica e o papel reflexivo e autoral do docente não sejam comprometidos. Para que esse relato faça jus à experiência vivida nos três semestres é necessário ir além da constatação de estado inicial e final do projeto, é preciso reconhecer que foi um processo

contínuo de aprimoramento que não se define pelo antes e o depois de etapas desarticuladas. O exercício de reflexão requereu a presença e intervenção colaborativa, ao longo do tempo, de três supervisores distintos, além de um colega licenciando na primeira etapa. Identificasse como eixo comum a necessidade de articular uma proposta de ensino que atendesse aos objetivos acordados na instituição com a inovação proposta na produção do capítulo do livro. Diversos momentos de prática de planejamento de elaboração das ferramentas digitais, e da aula em si, precederam cada regência. Pode-se adiantar que foi possível experimentar a articulação entre a prática de estágio e a teoria vista nas disciplinas de Metodologia do Ensino da Matemática (teoria das situações didáticas, narrativas de aprendizagem, representações dinâmicas de funções, etc.), bem como, os momentos de prática vivenciados nessas mesmas disciplinas. A fundamentação das ações, que se sucederam desde a escolha de materiais e procedimentos para a consecução do estágio até as reflexões posteriores, se encontra em diversos momentos da graduação. Enquanto licenciando, foi possível vislumbrar a sala de aula como espaço de desenvolvimento não apenas de aprendizagem para os estudantes, mas sobretudo, de aprimoramento profissional. As intervenções dos alunos permitiram reflexões de cunho: matemático, por suscitar aspectos não previstos de articulação entre conceitos; pedagógico, por revelar que é necessário promover ajustes *in loco* pois o planejamento é incapaz de prever a dinâmica da aula; tecnológico, pois é apenas a partir do uso dos alunos, guiado por concepções distintas da do professor, que se percebe a necessidade de aprimorar os recursos produzidos. Reconhece-se também a experiência dos supervisores como fonte de inspiração para desenvolver novos conhecimentos em momentos de prática. A capacidade dos mesmos de antever situações nas aulas a serem ministradas incentivou a ampliação de nosso senso teórico-prático obtido em etapas anteriores da licenciatura para dar conta de uma proposta coerente. A estrutura do colégio permitiu o uso previsto dos recursos tecnológicos selecionados, embora com dificuldades devido a limitações de estrutura física ou de rotina da escola. Apesar de considerar pouco o tempo de regência em cada uma das turmas, foi possível obter o engajamento geral dos alunos nas tarefas propostas, dado que suscitaram diversos níveis de discussão que, por sua vez, alimentaram o aprimoramento do material concebido. Assim, pode-se afirmar que o estágio favoreceu o processo educativo ao provocar novas dinâmicas educacionais bem como a formação docente e o desejo de permanecer investindo na formação continuada. Parte do produto gerado, construção coletiva de um livro didático digital, está disponível no endereço <https://www.geogebra.org/m/rN8Hs429> e sem dúvida foi iniciativa inovadora, desafiadora e

produtiva em termos de aprendizado e experimentação para os estagiários, professores supervisores e alunos.

REFERÊNCIA:

BRASIL. Ministério da Educação. PNLD 2017: matemática – Ensino fundamental anos finais / Ministério da Educação – Secretaria de Educação Básica SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2016. 155 p. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/125-guias?download=9924:pnld-2017-guia-matematica>> Acesso em 23 nov. 2017



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO